

AS ARAPIRACAS DO FEMINISMO

campo político feminista,
alteridades, gênero e poder

Alinne de Lima Bonetti*

“Alaíde contava-me de uma reunião do Fórum de Mulheres em que teve de reivindicar uma vaga para participação da ONG que representa numa importante conferência que ocorreria. Na situação, por estar temerosa de enfrentar o grupo sozinha, a sua colega Luana, mais acostumada com os códigos locais, incentivou-a que fosse à reunião e colocasse a *arapiraca na mesa*. Estranhei de imediato a palavra e ela, entre risos tímidos, me explicou: *arapiraca é o simbólico do pênis. É mais do que colocar o pau na mesa, é mais poderoso...* Gargalhamos juntas. Ainda rindo-se, agora despachadamente, Alaíde continuou a contar que elas e suas colegas costumavam brincar *com essa história de arapiraca, questionando se não dava para colocar o útero mesmo, ao invés da arapiraca, na mesa...*”
(Fragmento de notas de campo, Recife, 02.11.04).¹

* Antropóloga, doutora em Ciências Sociais - área Estudos de Gênero/Unicamp. Atualmente é bolsista pesquisadora-doutora do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

¹ Os nomes das pessoas encontrados ao longo deste texto são todos fictícios.

Introdução

Em tempos de intensa crítica a categorias universalizantes, o feminismo, como uma ideologia política típica das sociedades ocidentais modernas, tem se debatido com o dilema e o desafio de como definir o seu projeto político, circunscrever o seu sujeito político e viabilizar a sua prática política (Young, 2003, Harding, 1993, Butler, 1998 e 2003).² No cerne desse dilema há ainda um outro, mais polêmico e de difícil abordagem, que solapa um ideal de relacionamento entre mulheres, o qual Fox-Genovese (1992) denomina de “irmandade de mulheres (sisterhood)”.³ O fragmento introdutório acima citado, retirado das minhas anotações de campo, remete a uma produtiva discussão acerca das relações de poder internas ao campo político feminista e aponta para uma reflexão sobre as potencialidades dos feminismos na contemporaneidade.

A atribuição de significados às práticas sociais em geral, e às políticas em particular, “ocorre em um contexto caracterizado por conflitos e relações de poder. Nesse sentido, a luta por significados e por quem tem o direito de atribuí-los não é apenas, em si mesma, uma luta política, mas é também inerente e constitutiva de toda a política” (Dagnino, 2000: 75). Em vista disso, tomar o feminismo como um campo discursivo de atuação e ação (Alvarez, 1998), no qual múltiplas alteridades se constituem e disputam entre si, permite-nos lançar um outro olhar para a prática política feminista. Possibilita-nos compreender como o encontro entre essas

² Harding (1993), ao criticar que o feminismo representa apenas um tipo de mulher: a branca, ocidental, burguesa e heterossexual, propõe que a teoria feminista acolha e trabalhe com a instabilidade das categorias analíticas. Ela defende que se trabalhe conscientemente com as categorias, sabendo que não são o retrato fiel da realidade, posto que a vida social está em constante transformação. Para ela, a teoria feminista deve ser marcada pela incoerência, inconsistência e instabilidade.

³ Esse ideal baseia-se numa “crença em diferentes concepções de justiça, política e moralidade, a partir de uma essência feminina que valoriza a vida, as relações pessoais, a moral, a reciprocidade e a comunidade” (Fox-Genovese, 1992:32). Assim, essa matriz de relacionamento entre mulheres, baseada fundamentalmente na solidariedade, no afeto, na ajuda-mútua e no companheirismo, sugere a possibilidade de existência de uma prática política no feminino que, ao que parece, escamoteia relações de desigualdades entre as alteridades que se constituem e se relacionam no campo feminista.

alteridades engendra relações de poder e de gênero que as posicionam desigualmente no campo político.

Seguindo a proposta analítica de Alvarez (1998) em tratar o feminismo como um campo político discursivo constituído por relações de poder e de gênero, o objetivo desse texto é o de refletir sobre tais relações constituídas na (e constituintes da) práxis feminista. Busco compreender os mecanismos que configuram esse campo político discursivo e, por meio disso, contribuir para o avanço do debate.

Para tanto, essa reflexão apóia-se na análise dos dados etnográficos oriundos da pesquisa realizada na cidade de Recife/PE, no âmbito do projeto de doutoramento intitulado “Mulheres na política, política nas famílias: uma etnografia sobre participação política, relações de gênero e família”.⁴ Acreditando que, como ensina Fonseca (1999), “é o dado particular que abre o caminho para interpretações abrangentes (p. 60)”, tomo como universo de análise para esse exercício interpretativo o campo feminista circunscrito no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE). Importante espaço de articulação política do movimento de mulheres/feminista local, a etnografia das relações engendradas nesse espaço traz elementos potencialmente característicos do fazer feminista e, sendo assim, permite ampliar o escopo interpretativo da análise ao lançar hipóteses sobre a configuração do campo político feminista brasileiro contemporâneo.

A abordagem etnográfica utilizada na pesquisa fundamenta-se na observação participante, a partir da convivência com o universo investigado. Esta experiência foi sistematicamente registrada em diários de campo, marcados pelo esforço da descrição densa (Geertz, 1989), que se constituem a base para a análise interpretativa aqui empreendida. Tal aborda-

⁴ A minha pesquisa pretendeu compreender as intersecções entre militância política, vida cotidiana e família no que tange aos sentidos de gênero junto a mulheres das camadas urbanas de baixa renda. O seu foco é, portanto, a experiência das ativistas das camadas de baixa renda. No entanto, a porta de entrada no universo de pesquisa foi o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), um dos mais importantes espaços de participação das ativistas com quem pesquisei. Neste sentido, para compreender as diferentes dimensões da experiência de vida dessas mulheres é de crucial compreender a configuração do campo político feminista no qual estão inseridas e os sentidos de gênero nele produzidos. Por este motivo, a etnografia realizada no espaço do FMPE é, também, de fundamental importância para a investigação.

gem preocupa-se com a interação entre contexto, situação e sentido na constituição dos processos da ação social significativa. Busca-se, através dela, abarcar o significado da experiência social ao explorar os distintos domínios de sentido de gênero, os seus contextos associados e o seu uso social pelos diferentes atores (Atkinson, 1982).

À primeira vista, “o implacável processo de contextualização que é a base da metodologia antropológica” (Moore, 2000:158), e por isso mesmo revelador, impõe um obstáculo na premissa ética da pesquisa etnográfica acerca da manutenção do anonimato dos grupos com que se pesquisa. A descrição minuciosa – com o esforço de ser densa, de acordo com a tradição antropológica hermenêutica - tende a revelar os sujeitos e os contextos em que se inserem, mesmo com a troca dos seus nomes na tentativa de resguardar a sua identidade. Mesmo assim, optei por trocar tanto o nome das pessoas que fazem parte do contexto investigado. Busco, com esse recurso, manter a premissa ética do anonimato e também resguardar o caráter interpretativo do texto etnográfico - no sentido a ele atribuído por Geertz (1989). Segundo o autor, “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (...) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento” (Geertz, 1989: 25-26). Logo, os nomes de pessoas encontrados ao longo do texto são todos fictícios.

Alerto, também, que todos os fragmentos textuais, expressões e palavras grafadas em itálico são nativas, ou seja, construídas pelas próprias interlocutoras no contexto da pesquisa. O uso destas categorias revelam um esforço da pesquisadora em construir conceitos a partir do exercício da alteridade, buscando entender o universo simbólico do grupo pesquisado nos seus próprios termos, conforme também ensina Geertz (1998).

Soma-se a esta abordagem a adoção da compreensão de gênero como “um princípio pervasivo da organização social” (Strathern, 1987:278), tal como proposto por Strathern (1990) no seu livro “O gênero da dádiva” (*The gender of the gift*). Fruto de uma triangulação entre teoria antropológica, descrição etnográfica e teoria feminista, o livro apresenta uma

etnografia de um povo da Melanésia, pela qual, dentre outras questões, a antropóloga contesta a suposta universalidade da dominação masculina a partir das concepções nativas sobre gênero e pessoa. Ao expor os vícios ocidentais das análises antropológicas a partir das concepções nativas melanésias, Strathern (1990) introduz uma nova compreensão sobre gênero. Ela propõe pensar o gênero como uma “categoria de diferenciação” (Strathern, 1990: ix) que tem como referência a imagética sexual.

Nas suas formulações esta categoria de diferenciação cria categorizações, cujas relações entre si revelam possibilidades inventivas sobre relações de gênero e sobre relações sociais. Assim, tal categoria de diferenciação perpassa e marca as mais diversas ações sociais. Essa concepção de gênero, portanto, não se restringe à relação corpo biológico- sexo-gênero; antes abarca, e dota de sentido, a organização da vida social nas mais diversas manifestações das experiências humanas. Gênero, como produtor de sentidos socialmente significativos, é provido de valores que podem estar implicados em processos de constituição de desigualdades e de relações de poder. A perspectiva etnográfica aqui adotada possibilita identificar as convenções particulares de gênero que dotam de sentido as práticas políticas em embate, bem como os diferentes repertórios simbólicos que compõem o contexto político em questão e nele se antagonizam. Possibilita, assim, o desvendamento de novas potencialidades para a compreensão das práticas políticas feministas.

Em vista destas premissas, analisarei como esse campo discursivo feminista se configura, marcado pelo estabelecimento de um sistema de distribuição desigual de prestígio (Ortner e Whitehead, 1981)⁵, que posicionam desigualmente as alteridades em disputa no campo. Nessa disputa estão também em jogo diferentes concepções acerca do feminismo, que concorrem entre si. Na correlação de forças entre essas alteridades

⁵ As autoras propõem um modelo para investigar o sexo e o gênero na estrutura das relações sociais bem como as percepções culturalmente construídas sobre eles dos atores sociais. Tal modelo combina as dimensões sociais, históricas e culturais, a fim de compreender a constituição de estruturas de prestígio, dos sistemas de distinção e status dentro de uma sociedade, considerando o gênero como uma delas. Tais estruturas revelam distintas relações de poder, as quais remetem a sistemas de desigualdades.

em embate pode-se perceber a ascendência de uma determinada concepção de feminismo, que busca se constituir como predominante. No entanto, essa predominância é sempre alvo de disputa e questionamentos, através dos quais outros sentidos vão sendo atribuídos à prática política feminista. Esse jogo entre visões distintas e concorrentes sobre o feminismo implica numa desestabilização de uma concepção única e revela, em si, os mecanismos das relações de poder inerentes à prática política e, no caso, à prática política feminista.

O campo feminista recifense e o FMPE

Atualmente Recife ocupa um lugar central na campo feminista nordestino. A existência de muitos grupos feministas antigos e de projeção nacional, somado ao grande investimento de agências de cooperação internacional e nacional na região redundou na consolidação de um feminismo forte e atuante. Tomado genericamente, ele tem como características, segundo algumas informantes, *princípios democráticos tradicionais do feminismo*, tais como a *autonomia*, *horizontalidade na participação* e a *construção do consenso na ação*.

No entanto, esses princípios devem ser analisados a partir de um contexto constituído por atributos que implicam na distribuição desigual de prestígios e privilégios e no qual as diferentes agentes do campo ocupam posições simbólicas distintas. Essa equação define quem tem o poder de falar e, mais ainda, de ser escutada. Sendo assim, a própria idéia da horizontalidade passa a ter uma outra conotação, escondendo em si relações internas de desigualdade. Olhando-se mais detalhada e demoradamente para os significados em ação, produzidos por essa práxis feminista, pode-se perceber como se dá a disputa entre as alteridades presentes no campo, que introduzem distintas visões sobre feminismo, concorrentes entre si.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco é um espaço privilegiado para se compreender tais relações. Fundado em 1988, após o IX Encontro Nacional Feminista de Garanhuns, o FMPE objetiva reunir e articular os diferentes grupos feministas e de mulheres existentes no estado. Constituiu-se como um importante espaço de confluência do feminismo na cida-

de de Recife. Nos seus 17 anos de existência, é um dos mais antigos, consolidados e atuantes do país.⁶

Ele é dirigido por uma coordenação colegiada eleita a cada dois anos, formada por três representações dentre as que fazem parte da sua articulação. Atualmente é composto por, em torno de, 60 participantes, distribuídas entre 48 entidades e representações de feministas independentes.⁷ Dentre as participantes há uma diversidade enorme no que tange à inserção política de cada grupo e à temática de trabalho. Segundo Nair Valença, uma das coordenadoras do FMPE no período da pesquisa e representante da ONG Centro das Mulheres do Cabo, *a composição política do Fórum é variada. É uma articulação política que reúne representações feministas, ONGs, universidade, meio rural, meio urbano, mulheres de partido e de lutas comunitárias* (Recife, 09.04.05). Os temas variam entre: “controle social, direitos sexuais, DST/AIDS, educação, enfrentamento da violência contra a mulher, juventude/adolescência, participação política, pesquisa, questão rural, raça/etnia, saúde, trabalho e renda” (Guia de Fontes do FMPE, 2004). Há algumas entidades participantes com mais de uma temática de trabalho. O FMPE pauta as suas ações em concordância com a *agenda feminista, para além do calendário feminista* de datas comemorativas do movimento.

Arapiracas – gênero e poder

A primeira impressão que se tem quando se chega numa reunião do FMPE é a de que ali é um espaço plural, de exercício democrático intenso, no qual as diferenças encontram espaço para a sua manifestação e, portanto, pejado de conflitos. Nas primeiras reuniões de que participei, um primeiro estranhamento foi o tom beligerante que marcava as discussões, sempre contando com a exposição de diferentes pontos de vista,

⁶ Um interessante estudo sobre o FMPE pode ser encontrado em Oliveira (2002).

⁷ Destas 48, 26 são sediadas em Recife, 13 na região metropolitana (Olinda, Paulista e Camaragibe) e 9 no interior da estado, em cidades como Serra Talhada, Ouricuri, Catende, Joaquim Nabuco, Vitória de Santo Antão, Cabo de Santo Agostinho e Palmares (Guia de Fontes do FMPE, lançado em novembro de 2004).

defendidos com muito afinco. As rodadas de discussão acerca de pontos de pautas mais polêmicos tomavam boa parte do tempo das reuniões e, curiosamente, as opiniões soavam muito parecidas e se repetiam. A impressão que dava era a de que havia a necessidade de usar o espaço de fala e de que a afirmação das posições era de crucial importância para o jogo político que se estabelecia ali.

Numa conversa informal com uma participante, comentei sobre o estranhamento acerca do tom agressivo e beligerante das reuniões. Comentei que não tinha muito talento para o jogo político, que me sentiria intimidada se tivesse que ficar brigando pelas minhas idéias o tempo todo, como me parecia ser o caso ali. Disse-lhe, em tom de brincadeira, que se tivesse de passar por situações que presenciara, de forte e (aos meus olhos), agressivo embate, eu choraria. Alaíde, rindo-se muito do meu jeito, me sentenciou: *não mermã! Nunca chore no Fórum de Mulheres! Nunca chore! Ali mulher não chora!*

Tentando ser solidária com a minha confessa fragilidade, lembrou-se de uma situação que ela própria vivenciara no início da sua participação no FMPE em que tivera de ir a uma reunião a fim de reivindicar uma vaga para participação da ONG que representa numa importante conferência que ocorreria. Por estar temerosa de enfrentar o grupo sozinha, a sua colega de trabalho Luana, mais acostumada com os códigos locais, incentivou-a que fosse à reunião e colocasse a *arapiraca na mesa*. Estranhei de imediato a palavra e ela, entre risos tímidos, me explicou: *arapiraca é o simbólico do pênis. É mais do que colocar o pau na mesa, é mais poderoso...* Gargalhámos juntas. Ainda rindo-se, agora despachadamente, Alaíde continuou a contar que elas e suas colegas costumavam brincar *com essa história de arapiraca, questionando se não dava para colocar o útero mesmo, ao invés da arapiraca, na mesa* (Recife, 02.11.04).

A formulação de Alaíde é exemplar para se pensar sobre a prática feminista local: nos significados de gênero produzidos, no jogo político e na forma como se estabelecem as relações. O tom aguerrido e a assertividade estranhadas pelo olhar estrangeiro da pesquisadora, somado à asserção “ali mulher não chora”, apontam para um modelo específico de feminilidade em curso naquele contexto. Chorar frente ao conflito, conforme sugeri, parece ser uma saída que remete a um determinado

feminino, frágil e dependente, do qual parecem querer se afastar as mulheres que estão nesse jogo político. Para se estar ali, faz-se necessário ser valente e ter coragem para enfrentar as disputas; angariar prestígio para estabelecer alianças e articular politicamente.

Somado a esse modelo de feminilidade, o atributo da coragem parece ser um importante traço que compõe o repertório simbólico do fazer político nesse campo e que perpassa as diferentes inserções dos sujeitos que o compõem. Encontrei o atributo da coragem em diferentes situações do contexto de pesquisa. Logo na chegada em campo, chamou-me a atenção o *slogan* de campanha à vereança de Olívia Lima, presidente da Associação Pró Mulher: *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. Nesse contexto pejado de conflitos, não basta ser uma mulher, há de se ser uma mulher com *arapiraca*. Uma das referências mais significativas foi na formulação de Amelinha, ao louvar a sua própria força e combatividade em não ter esmorecido frente às inúmeras adversidades que enfrentou nas suas gestões no Conselho de Moradores da vila em que vive. Segundo ela, para se enfrentar as forças de oposição no campo político, tem que *se ter sangue no olho*.

Além de ser um importante elemento que dota de sentido de gênero a práxis política no contexto estudado, seja no modelo de feminilidade, seja no próprio fazer político, o atributo da arapiraca-coragem está também intrinsecamente ligado a forma pela qual se estabelece o jogo político e as relações de poder. Reclamação recorrente dentre as participantes do FMPE, nas mais diversas situações, tais relações revelam como o prestígio se distribui e apontam, também, para as diferentes alteridades em disputa e para a diversidade de sentidos atribuídos ao feminismo.

As arapiracas em ação: entre disputas e articulações

As reuniões do FMPE costumavam acontecer na sede de uma das entidades mais prestigiosas e antigas do campo feminista de Pernambuco. Normalmente acontecem no auditório da entidade, com capacidade para acolher em torno de 80 pessoas. Antes de cada reunião, o espaço é organizado de forma a possibilitar o debate *democrático e horizontal* entre as participantes, de acordo com *princípios feministas* como mencionado anteriormente, dispendo-se as cadeiras num grande círculo. Quan-

do os lugares são ocupados pelas participantes, pode-se perceber claramente a disposição de acordo com critérios de afinidade. O que forma, dentro da horizontalidade, diferentes sub-grupos. É nessa arena que o jeito singular do fazer político emerge e em que se dão as disputas.

A idéia de *colocar a arapiraca na mesa* como um recurso do qual se lança mão em meio à disputa política é algo recorrentemente utilizado nas reuniões do FMPE. Sustentar a sua voz, no espaço público, é um requisito fundamental da práxis política aqui. No entanto, nem sempre há espaço para a sustentação da voz; no jogo relacional entre as alteridades, a *arapiraca* circula de acordo com a configuração de prestígio do campo político local. Nos momentos de acirrada disputa política esse recurso, e os significados a ele associados, se explicitam mais fortemente. Vejamos um deles, a partir dos registros etnográficos de uma das diversas reuniões do FMPE de que participei.

Na ocasião, Helena Rodrigues, uma das coordenadoras do FMPE e representante da ONG Trupe Graúna, introduziu a pauta de discussão sobre o seminário da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que aconteceria nos dias nove e dez de abril. Explicou que o FMPE teria oito vagas e mais duas da representação do Fórum (já reservadas para ela e Nair Valença, uma das outras coordenadoras). Disse não haver a obrigação de preencher todas as vagas e passou a explicar o porquê do maior número de vagas para Pernambuco. Os outros fóruns trariam somente cinco representantes, mas como o seminário aconteceria em Recife, e não se gastaria com transporte e hospedagem, elas conseguiram negociar mais três vagas. Dito isto, Nair Valença, também presente na reunião, pegou o *flipchart* e ambas passaram ao árduo processo de discussão para a distribuição das vagas. Iniciaram por perguntar quem se candidatava às vagas. As pessoas foram se candidatando; a primeira foi Carmem, auto-identificada como *feminista independente*. Depois foram Alaíde, da ONG Coletivo Mulher Vida, Odete, Violeta e Suelen do SOS Corpo, Adália, da Associação Pernambucana de Mães Solteiras, Alessandra, jovem feminista, Cinara, do Instituto Papai e Dilma, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Eu me candidatei, dizendo que tinha interesse em participar. Helena Rodrigues não me deu ouvidos, Odete chamou a sua atenção para a importância da minha

participação como pesquisadora que estava acompanhando as reuniões do FMPE. A esta altura ninguém mais se escutava, tamanho era o zum zum dentro da sala em função da discussão dos critérios para o preenchimento das vagas.

Nair Valença se aproximou de mim e veio perguntar o meu nome, já que se esquecera. Disse-me que iriam negociar com a secretária da AMB a possibilidade da minha participação. Voltou ao quadro e me colocou numa categoria à parte, como observadora. Logo em seguida se acirrou a discussão pela disputa das vagas. Violeta, do SOS Corpo, lembrou da ausência do grupo Loucas de Pedra Lilás, que *sempre foram feministas que fortaleceram o Fórum e por isso seria interessante que fossem lembradas e contempladas com as vagas*. Helena Rodrigues manifestou-se, asseverando *não [ser] democrático ficar pensando nos grupos ausentes, porque tinha sido dito na reunião anterior que nesta se discutiria a participação no seminário e que as instituições já trouxessem os nomes das pessoas para a participação*. No meio da discussão, Dilma foi saindo de fininho da reunião, não sem antes retirar o seu nome da lista das vagas. Natália, que se considera *feminista autônoma*, recém-retornada ao FMPE após um longo período de afastamento, pediu um esclarecimento sobre *os critérios para a candidatura a uma vaga, se era de representação ou de participação*. Helena Rodrigues explicou-lhe que o critério adotado era o de participação. Sendo assim, Natália se candidatou, argumentando que *tinha vontade de participar do seminário, mas como estava retornando agora para o Fórum, não se sentia em condições de ser representante*.

Odete fez ponderações sobre as instituições que sempre estiveram no *fortalecimento do Fórum* e que seria importante garantir a presença. Natália contestou o argumento, dizendo que não estava claro, porque parecia que estavam trabalhando com dois critérios distintos. Odete interveio novamente, chamando a atenção para a lista de candidatas que já se montara no quadro, dizendo que se deveria cuidar para que não ficassem muitas representantes de uma mesma instituição, notando que estavam muitas do SOS Corpo. Alertou que deveriam ter esse cuidado, *porque o fórum era formado por instituições e por pessoas, mulheres autônomas, e que deveria ser equilibrado*. Crê, da Associação de Mulheres Entendidas de Pernambuco, lembrou que seria importante que alguém da sua entida-

de participasse, mas como teriam uma atividade que se realizaria no sábado ela não poderia ir. Sugeriu, assim, que se deixasse uma vaga para a Articulação do Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana (AMHOR), cuja representante, Noeli, estava ausente da reunião. Violeta insistia no nome do Loucas de Pedra Lilás. Kelly, do Instituto de Defesa da Diversidade Afetivo-sexual (DIVAS), tinha saído da sala nesse momento. Nair Valença foi até onde ela estava para saber do seu interesse a uma vaga. Kelly retornou rapidamente e salientou que seria bom que o DIVAS participasse, mas não tinha nenhum nome para indicar, já que ela mesma não poderia. Após muita discussão, a primeira lista foi montada: Adália, Odete, Carmem, Alaíde, Alessandra, Cinara e reservou-se vagas para o grupo Loucas de Pedra Lilás, para a AMHOR e outra para o DIVAS.

Quando tudo parecia resolvido, Alaíde se manifestou, dizendo que havia gente descontente com os critérios. Carmem também se manifestou, salientando que *todo mundo já sabia que seria hoje a definição das vagas e por isso seria importante que todas estivessem presentes. Tem que consolidar quem está aqui hoje*. Natália questionou sobre qual era o critério que tinham adotado, *se o da presença ou não e qual era o posicionamento do Fórum a esse respeito*. Helena Rodrigues respondeu-lhe que não existia o critério de presença no FMPE, como ela estava colocando, não era dessa maneira que o Fórum trabalhava. Odete interveio também e explicou: *é por situação de articulação política. Conforme a necessidade e cada situação, se a gente considera que determinada pessoa é mais adequada para a representação, a gente vai ligar. É o estilo de fazer política do Fórum, desde esses dois anos que estou aqui, é assim que funciona. Não é uma instituição em si, o que vale é a articulação política. Os critérios são fazer acordos. Não sei se é certo ou errado, mas é assim que a gente trabalha*. Alessandra ajudou, dizendo que *as representações do Fórum procuravam sempre ser plurais*.

Nair Valença estava ansiosa para dar um encaminhamento para a discussão. Estávamos todas cansadas e não se chegava a um acordo. Alaíde insistia em dizer que sentia que ainda não estavam satisfeitas com a definição das vagas. Odete argumentou: *se for falar eu vou me expor, mas na política é assim mesmo. Acho que as pessoas que devem ir ao seminário*

têm de ser aquelas que têm uma identidade com o fórum e com a AMB. A companheira Natália, por exemplo, ela não pode ir como representação do fórum porque ela está aqui há duas reuniões. Natália saltou da cadeira e contra-argumentou, dizendo que a primeira coisa que ela tinha perguntado fora se o critério era o de representação: e disseram que não e por isso eu me candidatei, porque também acho que não estou em condições de representar o fórum com a participação em duas reuniões! Odete re-dargüiu: eu falo isso de forma tranqüila, nada pessoal, só estou questionando a história do tempo e fico com o receio de estar sendo injusta com as companheiras. Na real [o critério] é de representação, mas a gente faz dessa forma. Alaíde interveio e disse ser importante que o fórum discutisse os critérios, sugerindo que fossem definidos de antemão, para que não houvesse problemas nas outras vezes.

Violeta propõe, então, uma nova forma de distribuição das vagas: *quem sabe a gente deixa quatro vagas para as que estão aqui e quatro vagas para a consulta das ausentes interessadas em participar do seminário?* Natália insistiu: *eu só estou insistindo porque é uma questão de princípios. Acho complicado enquanto fórum de mulheres, escolher e indicar essas duas instituições, estando elas ausentes. Há muitas outras, do movimento popular, do movimento sindical, que também não estão presentes aqui. Por que essas duas?* Helena Rodrigues, tentando encerrar a discussão, se manifestou: *eu lamento muito que não estejam aqui, mas não adianta. A gente não sabem porque essas pessoas não vieram e de repente a gente indica e elas nem poderão estar no seminário. Eu tenho de sair com os nomes daqui, agora. E Violeta, a tua proposta é horrível! Não, chega de idéias!*

Discussão vai, discussão vem e decidiram por privilegiar as representações que estavam presentes. A lista final ficou assim constituída: Adália, Odete, Natália, Cinara, Carmem, Alaíde, Alessandra e Suelen. Nair Valença, entre aliviada e temerosa de que tudo começasse novamente, saltou e anunciou: *Trabalhos encerrados!* As mulheres que ainda restavam na reunião, que já avançara em muito o horário previsto para o término, começaram a arrumar as suas coisas e ir embora. Levantei e me aproximei de Helena Rodrigues, que falava com Alessandra, para resolver o meu caso, que não tinha entrado na disputa geral das vagas. Nair Valença se aproximou no mesmo momento e se antecipou, dizendo: *e tu*

ficas de observadora! Helena Rodrigues disse-lhe: *calma, não é assim, primeiro eu preciso fazer uma consulta*. Tentei falar com ela, mas não me deu muita atenção. Pedi que me avisasse quando falasse com Laís Albuquerque sobre a possibilidade da minha presença. Ela, com certo ar de enfado, disse-me que avisaria. Perguntou, novamente, qual era mesmo o meu nome, que nunca se lembrava. Disse-lhe pela enésima vez e aproveitei para dar os meus contatos, coisa que não tinha me pedido. Adália se aproximou de nós e disse à Helena Rodrigues que *tinha sido eleita*. Helena, sem esperar pelo término da estória, antecipou-se dizendo que o seu nome não tinha entrado em disputa, que já tinha sido garantido desde o início. Adália então se explicou, contando que tinha sido eleita como delegada, pela região em que mora, para a Conferência pela Igualdade Racial que ocorreria nos próximos dias. Deixei-as conversando e me afastei do grupo, juntando-me a um outro que iria para o ponto de ônibus mais próximo” (Recife, 07.04.05).

No intenso e cansativo processo de discussão sobre a distribuição das vagas há alguns elementos importantes para os quais gostaria de chamar a atenção. Pode-se perceber a recorrência da participação de algumas mulheres com uma postura de definição das pautas e tomadas de decisão. Associado a essa característica, há uma outra muito significativa: a posição de reverência a alguns grupos que, mesmo na sua ausência física, se faziam lembrar, dado o prestígio que angariaram no campo feminista local através do seu reconhecido acúmulo e experiência na militância feminista. Esses elementos parecem conferir a essas agentes do campo político local determinados privilégios, advindos do lugar de prestígio que ali ocupam. Aqui já aparece uma configuração de distribuição desigual de prestígio que marca o campo feminista local. Muitas mulheres se ressentem dessa distribuição desigual de privilégios e buscam, no jogo argumentativo, desafiar essa configuração. O ponto central do jogo argumentativo recai sobre a ambivalência dos critérios adotados. Essa distribuição desigual de privilégios é claramente assumida quando, na disputa argumentativa, Odete expõe o modo de fazer política ali:

(...) É por situação de **articulação** política. Conforme a necessidade e cada situação, se a gente considera que determinada pessoa é mais adequada

para a representação, a gente vai e liga. É o estilo de fazer política do Fórum, desde esses dois anos que estou aqui, é assim que funciona. Não é uma instituição em si, o que vale é a articulação política. Os critérios são fazer acordos. Não sei se é certo ou errado, mas é assim que a gente trabalha.

Por mais que se assevere uma horizontalidade nas decisões, nas mãos de quem está o poder de tomá-las? A questão de fundo aqui é a de explicitar a quem se refere esse genérico *a gente* no discurso de Odete. À primeira vista, *a gente* parece se referir ao coletivo democrático e participativo. No entanto, a pluralidade de vozes (e presenças) que constituem a riqueza do campo discursivo feminista sintetizado no FMPE, aos poucos vai se tornando mais monofônica. Consegue-se identificar, como procurei demonstrar na descrição etnográfica, algumas vozes que são mais ouvidas. E, mais do que isto, vozes que são por muitas vezes requisitadas a se manifestarem.

Nesta correlação de forças, sobressai-se um elemento fundamental, que garantirá uma maior legitimidade, influência e ascendência no campo feminista, encerrado no sentido atribuído localmente à noção de experiência. A atenção aos elementos que a caracterizam poderá auxiliar na compreensão de quem se refere o supostamente genérico *a gente* de Odete e dos mecanismos que organizam a distribuição de prestígio no campo político em questão. Permitirá, também, compreender a forma como se estabelecem as relações de poder e privilégios, como o de orientar as pautas de reivindicação e de definição dos termos da luta feminista por um grupo de ativistas em nome de outras, como identificou Schild (2000) no contexto chileno.

Atentando-se mais detalhadamente aos significados em ação produzidos no contexto político investigado, podemos perceber alguns elementos constituidores, e muito valorizados, da práxis política feminista local: a produção de saberes, o estudo para argumentar e enfrentar debates, um *savoir-faire* específico com vistas a angariar apoios e a construir alianças políticas e a capacidade de *articulação*. A ênfase na produção de conhecimentos é digna de nota, posto ter um valor inestimável no campo feminista em questão. Nesse contexto, a apropriação da história e do pensamento feminista confere uma posição de destaque, seja para grupos que possuem um notório saber, seja para militantes em específico.

Nesse sentido é curiosa a expressão de reverência que ouvi recorrentemente no campo. Em tom jocoso, algumas militantes se referiam entre si e chamavam-se de *grã-mestras*.

São essas *grã-mestras* as que possuem a experiência, o reverenciado acúmulo na militância feminista. Esta noção de experiência, conforme elaborada localmente, está intrinsecamente ligada ao importante traço do fazer político local, encerrado na noção de *articulação*. Ela revela-se, assim, o elemento fundamental na definição do capital de articulação que cada agente político tem dentro do campo.

Segundo Scott (1999) a noção de experiência tem um potencial desessencializador importante, posto que supostamente visa abarcar o agenciamento e a forma como sujeitos são constituídos. No entanto, no jogo político ali estabelecido, acaba sendo tomado como um argumento legitimador, como um fundamento ontológico dos sujeitos e, logo, uma arma na disputa política ao se tornar inconteste. Assim, nessa concepção, *só vai para o cotidiano [lutar] quem sente a opressão na pele* (Recife, 07.04.05), conforme desabafou Kelly num dos inúmeros embates que travou dentro do FMPE a fim de defender a sua bandeira política.

Contudo, se abordarmos a noção de experiência como um “evento discursivo”, conforme propõe Scott, poderemos compreender como as alteridades, presentes no contexto político analisado, são constituídas e investidas de determinados significados, ocupando posições de maior ou menor prestígio de acordo com os códigos locais. Essas construções estarão diretamente implicadas no estabelecimento de relações desiguais e de poder. Para a autora, tratar a experiência e os sujeitos como eventos discursivos

significa recusar a separação entre ‘experiência’ e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso. Sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam. E sujeitos têm agenciamento. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas. (...) Sujeitos são constituídos

discursivamente, a experiência é um evento lingüístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual (Scott, 1999:42).

Essa viragem discursiva possibilita, portanto, perceber como as múltiplas alteridades entram no campo político-discursivo, ora atualizando, ora contestando os sentidos nativos da noção de experiência e lançando mão do recurso político da articulação. Visam, através desse jogo, angariar para si, e para as suas bandeiras, também o poder definição das pautas de lutas; o que implica numa tentativa de desestabilização da correlação de forças que demarca as distintas posições dos agentes no campo.

Temos de articular foi uma das expressões mais recorrentes ao longo da pesquisa. Era interessante de observar como, nos mais diferentes eventos feministas, pequenos grupos se reuniam nos intervalos, ou até mesmo em meio às reuniões, para trocar idéias e pensar em ações conjuntas. Essas situações apontam a importância dos momentos de encontros como momentos de reafirmação de alianças, estabelecimento de contatos para futuras ações, troca de apoios. São as arenas principais, e não as únicas, do exercício político da *articulação*. Ao longo da pesquisa, observei inúmeros movimentos em torno do exercício da *articulação*, como o que passo a descrever:

No intervalo para o almoço de um seminário, juntei-me à Iracema, da Casa da Mulher do Nordeste e do Uiala Mukaji – sociedade de mulheres negras, Alaíde, do Coletivo Mulher Vida e Cinara, do Instituto Papai, que conversavam entre uma garfada e outra. Falavam sobre o que definiam como as *relações de poder dentro do FMPE* e censuravam a postura de alguém ali dentro. Iracema ponderou e disse perceber uma mudança no Fórum nos últimos tempos, que *vem mudando a sua cara*. Mencionou algo a respeito das *configurações de força dentro do Fórum*. Avaliou que, mesmo assim, tinha *que mudar mais, com a indicação de uma [ativista] popular para a coordenação*. Asseverou que *deveriam bancar agora uma popular, mas que tinham de dar sustentação, senão ela não agüentaria*. As três passaram a problematizar a indicação da *popular*: Cinara lem-

brou-se da fala de Nair Valença, que contara que Noeli, da AMHOR, *tinha sido indicada para a coordenação do FMPE e, na ocasião, não tinha aceitado porque não se sentia em condições*. Iracema ponderou que *sem sustentação não tinha como mesmo, que deveria ser uma decisão política e dar apoio completo*. Elas se lembraram de Crê, que sempre dizia que nunca tinha sido indicada. Intrometi-me e, provocativamente, ponderei que essa sua atitude parecia-me fazer parte do jogo político, das estratégias para se ganhar espaços ali dentro. Iracema me olhou com ar de reprovação e disse-me que *se fosse mesmo assim, era muito perverso*. Calei-me. Elas comentaram, em tom elogioso, que Crê e Noeli eram *as únicas populares que tinham a sua voz escutada, que colocavam a boca e não queriam nem saber*. Falaram que *ambas são escutadas porque são muito agressivas*. Alaíde fala das articulações que há ali dentro e incentiva as suas amigas: *a gente tem que se articular, porque elas só conseguem as coisas porque costuram por fora. É assim que temos que fazer também, nos unirmos*. Com a aproximação de uma outra feminista ao grupo, o assunto morreu (Recife, 11.04.05).

Na reflexão dessas agentes do campo político local pode-se perceber explicitamente a identificação de diferentes forças dentro do FMPE e de relações de poder que as permeiam. Conhecedoras dos códigos locais, elas reconhecem também a importância de se lançar mão do recurso da articulação, para desafiar a correlação de forças e, nesse jogo, também angariar apoios para influenciar na configuração da distribuição de poder e prestígio. Tal correlação de forças revela em si uma disputa entre concepções distintas e concorrentes sobre o feminismo. Assim, ao buscarem intervir nessa distribuição de poder, estão também buscando a imposição da sua concepção e, ao mesmo tempo, resistindo a uma concepção implicitamente identificada como predominante. Todo esse jogo político de disputas e articulações implicará no constante desafio de estabilização de uma única concepção de feminismo.

Feminismos disputantes – entre predominância e resistência

Para fins analíticos, essa disputa pode ser melhor compreendida se percebida a partir de uma correlação de forças entre uma concepção de

feminismo que se pretende predominante, que pode ser identificado no genérico *a gente* de Odete acima descrito, e outras concepções que chamo aqui de resistentes.

A concepção predominante pode ser atribuída àquelas entidades e militantes cuja experiência e antigüidade são reconhecidas e reverenciadas. Tais entidades sobressaem-se no campo político local por seu acúmulo histórico na militância feminista, detentoras de uma infra-estrutura consolidada e recursos, tanto materiais quanto simbólicos, para a intervenção política. Influenciam e imprimem fortemente a sua característica na organização do FMPE, o que lhes garante uma grande permeabilidade no movimento feminista e de mulheres. A concepção de feminismo atualizada por essa vertente predominante pode ser caracterizado genericamente como fundamentado no ideário da igualdade, contra o patriarcado, defensor da democracia radical e crítico às desigualdades sociais de classe.

Empenhadas em fortalecer o feminismo no estado, atuam em diferentes áreas, o que se traduz em projetos de formação política de lideranças feministas, direcionado à mulheres adultas e jovens, financiamento de projetos comunitários, investimento na política de interiorização do FMPE e da sua popularização, ao incentivar a participação de grupos de mulheres dos movimentos populares junto a quem atuam. Junto disso, há uma outra característica importante: a produção de saberes para o embasamento da prática política feminista. Frente a essas características constituem-se como uma militância profissionalizada, *com recursos materiais e intelectuais*, fonte ora de admiração, ora de crítica no campo feminista local. Todos esses elementos conferem-lhes uma posição privilegiada no campo de referência da militância feminista, com poder de definição de pautas de ação e, portanto, detentoras de maior capital de articulação.

Em contraposição a esses privilégios, e na tentativa de re-equacionar a distribuição de prestígio no campo político feminista local, as posições resistentes se aliam. Embora distintas entre si, elas encontram alguns denominadores em comum, através dos quais se aliam circunstancialmente. O principal deles parece ser a reação à postura misândrica predominante, a qual encontra na mulher a única possibilidade de sujeito político e nega a presença de homens como agentes políticos feministas. Ao resistirem à misandria, essas distintas alteridades introduzem ou-

tras visões acerca do feminismo. Visões essas que encontram num uso próprio da noção de gênero a sua base, visando agregar homens e mulheres numa mesma luta. Desafiam, assim, os limites do campo político feminista.

Luana e Alaíde, ambas do Coletivo Mulher Vida, foram categóricas em fazer uma separação entre gênero e feminismo, ao me apresentar os princípios que regem a ONG em que trabalham. De imediato essa separação soou-me estranha, posto que, aos meus olhos, parecem se tratar de conceitos historicamente indissociáveis. Luana passou a me explicar tal distinção: *a gente não se diz feminista, a gente trabalha com gênero. Quando eu cheguei aqui, a Casa era feminista, socialista e muitos outros istas. Mas depois brigou-se com todos os istas. Nós trabalhamos num processo maior, com Direitos Humanos, mulheres, homens e adolescentes. O Movimento de Mulheres e o Movimento Feminista em si tem enquadramentos que discordam.*

Alaíde, vindo em seu auxílio, completou: *para se dizer feminista, tem que se assumir aportes do feminismo naquele momento, mas muda. Uma coisa com que não concordamos é que é barrada a participação dos homens. Nós, como nosso foco é a violência doméstica, não podemos excluir os homens. O Fórum tem feministas, mas tem também Movimentos de Mulheres. Se outras não estiverem atentas, vira só feminista. E tem de tudo ali dentro, desde de movimentos de mulheres que luta pelo empoderamento até aqueles que lutam contra o feminismo. Tem espaços de lideranças de mulheres, por exemplo de partidos, que não participam do fórum. E não tem espaço, porque tudo é tido como feminista e não tem espaço para discordar; tem muitas relações de poder lá dentro do Fórum (Recife, 18.10.04).*

Posição semelhante é compartilhada pelo Instituto Papai, que enfrenta muitas dificuldades na sua participação no Fórum pelo fato de ter nos homens o seu foco de trabalho. Ao contrário do Coletivo Mulher Vida, definem-se como feministas, mas de um tipo específico: *um feminismo acadêmico*, como ressalta Olavo Lugal, ativista da instituição. Justifica a sua posição asseverando que *mesmo com dificuldades, a discussão feminista na academia é outra, é mais conceitual e por isto é mais permissível à entrada de um homem*. Ao contrário do que ocorre no FMPE, cuja

entrada só foi possível a partir de uma mulher como representante da entidade. Segundo ele, *entendemos que o sujeito político são elas. Não estamos pleiteando o lugar do sujeito político do movimento social; já que este é o grande medo delas. Também porque sabemos que nós, enquanto homens, somos a exceção num contexto maior em que a hegemonia é outra. No entanto, para esse ativista as mulheres feministas têm um entendimento de que o feminismo é para ser aplicado às mulheres apenas; quando os homens aparecem, é como contraponto, como cristalizado, como o dominador, como o que subordina. Boa parte das feministas, as radicais, não consegue fazer a leitura de gênero ou das relações sociais de sexo, para pegar as francesas. O gênero propõe um exercício reflexivo e quando chegam num determinado ponto elas não conseguem passar da fixação na mulher* (Recife, 10.12.04).

Para Olavo Lugal o feminismo é a busca de transformação do lugar de um sujeito político, que são as mulheres; que tem um sexo, que tem vagina. É uma luta contra a naturalização do biológico, a determinação da vida reprodutiva, uma emancipação da mulher. Ponderou que o feminismo avança muito, mas continua tendo o homem como contraponto. As mulheres saem do privado para o público, ocupam lugares públicos adotando posturas masculinas. É a lógica da competição, disputam agendas, ganham no grito, à força, porque é essa a lógica que rege o mundo. Para mim esta é uma limitação, porque não tem uma re-significação, uma reestruturação do espaço privado e tampouco se re-significa o público. Há um exercício de poder entre as mulheres, que é muito forte dentro do Fórum. Para elas só a condição de mulher já basta. Mas não, não basta. Por isto a necessidade de formação no feminismo, de aprender a lidar com a relações de poder... Pensando o feminismo como radicalização da democracia, é possível colocar na mesma mesa homens e mulheres discutindo e planejando conjuntamente. (Recife, 23.12.04).

Muito embora não faça uso da categoria gênero para justificar o seu tipo de feminismo Crê, militante da Associação de Mulheres Entendidas de Pernambuco (AME-PE), contrapõe-se à misandria do feminismo predominante. Segundo ela *uma coisa é ver o todo, outra coisa é ver o segmento da mulher. Aprendi que falar da mulher é mais contundente. Eu vim do movimento popular, de base, da irmandade da igreja, me descobri*

quando conheci o movimento feminista, através do SOS Corpo, daí eu conheci a importância... No movimento popular tem muita discriminação, muito machismo. Tem muita mulher machista, autoritária, pior que um macho; que faz mesma coisa que um machista; não faz a revolução dentro de si. Tem mulher machista como tem homem feminista. Intervim: Tu acreditas que é possível existir um homem feminista? Ao que respondeu-me enfaticamente: Claro! Se eu não acreditar que exista, eu não estou fazendo merda nenhuma... nem todos os homens calçam o mesmo sapato! Tenho muito amigos que dividem as tarefas dentro de casa e que lutam pela igualdade... sabe, eu sou feminista de carteirinha (Recife, 06.11.04).

Como se pode perceber há aqui três distintas visões sobre o que seja o feminismo que fazem parte do mesmo campo político feminista local. A contraposição à misandria de um feminismo predominante possibilita a aliança entre visões muito diferentes. No entanto, há outros elementos que acabam por, em determinadas situações, afastar essas visões distintas e possibilitar outras diferentes alianças. A introdução de especificidades de pertencimento de classe e de raça revelam outras visões sobre feminismo que também desafiam a estabilização de uma única visão.

Oriundas dos movimentos populares e defensoras da bandeira da visibilidade lésbica, as militantes da AME-PE manifestam as dificuldades em afirmar a bandeira de luta lésbica no meio do movimento popular e ressentem-se da falta de apoio das feministas caracterizadas como intelectuais e da elite. Segundo Crê, *levantar tese é muito fácil; mas quero ver levantar a bandeira lésbica. Para nós é muito difícil; para nós do movimento popular é mais difícil. Nós do movimento popular somos assumidas, e é mais difícil para nós; as outras não, o movimento feminista, as sociólogas, as...as mulheres importantes deveriam nos ajudar mais, tás entendendo?*

Frente a minha negativa, Moema explicou-me que *quando tem uma mulher importante, da alta sociedade, que se assume publicamente e defende a bandeira lésbica é importante porque nos fortalece, para nós é importante, para a nossa luta. Dalva, ajudou: é, quando uma feminista conhecida se assume, para nós é bom, porque tem muita aí que não se*

*assume na fachada mas faz linda...*⁸ Crê continuou explicando-me: *No Fórum, tem coisas que não são ditas para todo o grupo, porque somos de base, do movimento popular. Tem coisa que fica só entre elas, as intelectuais, as doutoras, que não se fala na reunião, mas depois se fala em mesa de bar. Daí eu cheguei no Fórum e disse. Teve um tempo atrás aí que a gente discutiu muito sobre essas diferenças dentro do Fórum, e eu disse que só porque eu era de base, eu nunca fui indicada para ser coordenação. Eu estou no Fórum há 15 anos e nunca fui indicada. Mas não se fala nisto, elas acham que a gente não sabe, mas a gente sabe. Nós sabemos muito da prática (Recife, 06.11.04).*

Lado a lado à questão de classe, a dimensão racial também introduz outras fontes de resistências e tentativas de reconfiguração da correlação de forças dentro desse contexto político. Ao longo do período de pesquisa acompanhei diferentes discussões sobre a relação entre movimento feminista e movimento de mulheres negras. Numa das reuniões, dedicada exclusivamente ao tema, uma palestrante convidada – estudiosa da temática e militante da luta racial em Pernambuco - apresentou um panorama da questão racial no Brasil. Um dos pontos que rendeu debate entre o grupo presente foi quando afirmou o duplo esforço da luta das mulheres negras, salientando *a necessidade da especificidade das lutas das mulheres negras, por um lado dentro do movimento negro, já que os homens não conseguiam enxergá-las, e de outro, dentro do movimento feminista, já que o feminismo não pautava as necessidades específicas das mulheres negras*. Algumas ativistas presentes na reunião se manifestaram, reagindo ao que entendiam ser segregacionismo entre os movimentos, ao separar as lutas.

Cíntia Dorneles, do Grupo Gestos, se manifestou em seguida, defendendo as especificidades das lutas dos diferentes movimentos, comparando o movimento negro ao movimento feminista. Segundo sua visão, *o movimento feminista não aceita homens, porque tem que ter o seu espaço de privacidade. Assim é o movimento negro, que também quer ter o seu*

⁸ Moema e Dalva são ativistas fundadoras da AME-PE junto com Crê. Segundo explicaram-me, “fazer linda” significa mulheres que fazem sexo com mulheres.

espaço de privacidade, para ter uma discussão entre eles. Isso não é segregação, não. Mas tem uma coisa que você disse que mexe muito comigo. Quando você diz que tem pautas do movimento feminista que não as inclui [as mulheres negras]; isso me incomoda bastante porque todas as questões do movimento feminista dizem respeito a todas as mulheres. É uma luta que tem de ser nossa e o desafio é esse: como vai ser o diálogo do sujeito mulher negra com esse sujeito universal do feminismo (Recife, 16.03.05).

Apesar de ser um tema adotado como um dos eixos principais da luta do Fórum, as militantes negras se ressentem da falta de espaço para as questões raciais, identificando-a como periférica no FMPE. Tomando-se a reflexão de Cíntia Dorneles pode-se perceber uma certa segmentação entre agendas de luta, que parece estar associada com um idéia implícita de que a questão racial é um assunto cujo protagonismo deva ser das mulheres negras, com o apoio do restante. No entanto, essa necessidade do protagonismo das feministas negras é contestada por Eva Basso, ativista da bandeira racial, num embate sobre a representação do FMPE na I Conferência Municipal pela Igualdade Racial. Para ela *a questão racial deve ser algo de todas as mulheres nos Fórum, negras e brancas. Temos de observar a força que nós mulheres negras fazemos no sentido de enegrecer o movimento feminista; da mesma forma, temos de feminilizar o movimento negro, que é muito machista. Então, devem ir mulheres feministas que defendam a igualdade racial, não necessariamente mulheres negras (Recife, 14.04.05).*

Além da dimensão de gênero, estas outras alteridades presentes no campo político feminista local introduzem as dimensões de classe e raça, como variáveis complexificadoras dos eixos da disputa política. Apesar de distintas entre si e com objetivos diferentes, elas lançam mão do recurso da articulação para fazer frente a uma força identificada como a de maior ascendência no campo e cuja concepção de feminismo se pretende predominante. Cada uma defendendo o seu quinhão na distribuição desigual de prestígio político, estas alteridades desafiam as estruturas vigentes, visando introduzir outras concepções de feminismo que as contemple. Dessa complexa correlação de forças resulta a desestabilização uma única posição acerca do feminismo, pluralizando-o.

À guisa de conclusão

A riqueza desta pluralidade de alteridades constitutiva do campo político feminista e as disputas de que são protagonistas apontam para uma vitalidade e dinâmica do processo político, marcado por conflitos e embates. Essa experiência de visibilidade das diferenças internas ao próprio campo poderia ser compreendida como o processo de constituição do que Fraser (1993) chama de “contra-públicos subalternos”, definidos como as “arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos, bem como formulam interpretações oposicionais das suas identidades, interesses e necessidades” (Fraser, 1993:14). Conforme defende a autora, a existência destes contra-públicos subalternos contribui para a expansão do espaço discursivo, para o alargamento da contestação e para a inclusão da multiplicidade de sujeitos políticos. Resultados que parecem também nortear as ações e disputas das alteridades em confronto no contexto analisado. Tal pluralização do próprio movimento feminista – ou do campo político discursivo feminista como sugere Alvarez (1998) – levaria, assim, a possibilidades cada vez maiores de aprofundamento da democracia, ao incorporar a complexidade dos eixos de constituição das diferenças.

Contudo, tais potencialidades devem ser consideradas à luz das mediações por que passam os processos cotidianos de disputas e embates entre as diferentes vozes do campo e de compreender como se estabelecem as relações e se distribui, diferencialmente, o poder de falar em nome do coletivo. Ao estudar o movimento de mulheres chileno, Schild (2000) alerta para o fato de que “os termos da cidadania e da comunidade de gênero estão sendo cada vez mais definidos por algumas mulheres em nome de todas” (Schild, 2000: 152). Tendo-se esta situação como parâmetro, creio ser importante atentar para as experiências particulares a fim de se refletir sobre a constituição do campo político feminista mais amplo, como um campo discursivo de atuação e ação que produz e é produzido por relações de gênero e poder.

Assim, inspirada na crítica provocadora de Butler, acerca da presunção da existência de uma identidade feminina estável e coerente que fundamentaria a política feminista (Butler, 1997 e 1998), deparei-me com

a experiência do campo político feminista pernambucano. Seguindo o seu alerta para a necessidade de se “empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir base única e coerente” (Butler, 2003: 23), bem como para a urgência em questionar-se sobre “qual configuração de poder constrói o sujeito e o Outro, essa relação binária entre “homens’ e ‘mulheres’, e a estabilidade interna destes termos” (Butler, 2003: 08), somado ao olhar vocacionado para o microscópico da etnografia, busquei compreender os elementos e os mecanismos que constituem as relações políticas no contexto investigado.

Foram esses pontos de partida que me permitiram analisar o jogo político microscópico que constitui um sistema de desigualdades de prestígio marcado pelo estabelecimento de relações de poder e de gênero e por disputas entre as alteridades que o compõem. Creio que a singela contribuição que esta análise possa trazer para a reflexão do campo político feminista mais amplo está em apontar para a necessidade de se pensar sobre as relações de poder, ao que parece inerentes a qualquer processo político, internas ao campo feminista. Relações que parecem estar escamoteadas por ideais de sororidade, como bem aponta Fox-Genovese (1992), silenciadores das vozes dissonantes e dos conflitos que constituem a própria política.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latino-americanos. In **Revista Estudos Feministas**. Vol.6, no.2/98. IFCS/UFRJ. Pp. 265-284.

ATKINSON, Jane Monning. Anthropology – review essay. *Signs: Journal of women in culture and society*, 1982, vol 08, no. 02. Pp. 236 – 258.

BONETTI, Alinne de Lima. *Mulheres na política, política nas famílias: uma etnografia sobre participação política, relações de gênero e família*. Projeto de pesquisa apresentado ao PPG/IFCH/Unicamp, Doutorado em Ciências Sociais, área de concentração: Estudos de Gênero, dez. 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1990).

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades...* – (11), Campinas, 1998.

_____. Against proper objects. In WEED, Elizabeth and SCHOR, Naomi (ed.). **Feminism meets Queer Theory**. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 1997.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia – a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In ALVAREZ, S; DAGNINO, E. E ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação**. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr 1999 Nº 10.

FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO. Guia de Fontes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, Recife, 2004.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere – a contribution to the critique of actually existing democracy. In ROBBINS, Bruce (ed.). **The Phantom Sphere**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1993.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. “Para Além da irmandade”. *Revista Estudos Feministas*, no. 0/92, pp. 31-56. IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na Teoria Feminista. In Revista estudos feministas. Vol. 1, no. 1/93, CIEC/ECO/UFRJ, p. 7-32. (original: Signs, vol. II, no. 4, 1986)

MOORE, Henrietta. Whatever happened to women and men? Gender and other crises in anthropology. In MOORE, Henrietta (ed.). *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity press, 2000 (1999).

OLIVEIRA, Suzana Marques Dantas de. O feminismo e suas diferenças: um estudo sobre o fórum de mulheres de Pernambuco. Dissertação de mestrado (sociologia), PPGS/UFPE. Recife, 2002. 174p.

ORTNER, Sherry e WHITEHEAD, Harriet. **Sexual Meanings: the cultural construction of gender and sexuality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SCHILD, Verônica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas 'novas democracias'. In ALVAREZ, S; DAGNINO, E. E ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

SCOTT, Joan. Experiência. In SILVA, A. L; LAGO, M.C.S e RAMOS, T.R.O. (orgs.). *Falas de Gênero – Teorias, Análises, Leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the Gift – problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University Of California Press, 1990 (1988).

_____. An awkward relationship: The case of feminims and anthropology. *Signs: journal of women in culture and society*, 1987, vol 12, no. 2.

YOUNG, Iris Marion. O gênero como serialidade – pensar as mulheres como um colectivo social, *ex aequo*, no. 8, 2003, pp. 113-142.